

2025



Relatório & Contas

Relatório de Gestão do Exercício de 2025

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia Geral, o presente Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Carta Anual

Relatório & Contas 2025

Há coisas que só o tempo confirma. Vinte e cinco anos é tempo suficiente.

A Golden Wealth Management completou 25 anos e ultrapassou dois mil milhões de euros de ativos sob acompanhamento. Números com valor simbólico, sem dúvida. O que confirmam é mais simples: uma forma exigente de trabalhar tem lugar em Portugal.

Ao longo destes anos foi-se confirmando uma convicção simples: patrimónios não se constroem com previsões certeiras, mas com decisões consistentes e com a disciplina de as manter. Num período em que os ciclos económicos voltaram a ser acompanhados por ruturas geopolíticas e mudanças rápidas no enquadramento monetário, esta disciplina tornou-se mais fácil de enunciar e mais difícil de praticar.

Na Golden, a gestão patrimonial não começa nos mercados.

Começa na clareza sobre o que o património tem de permitir à vida de quem o construiu.

Só depois vem o investimento. Investir é escolher ativos. Gerir património é tomar decisões que resistem ao tempo e aos ciclos. É esta forma de pensar que continua a orientar o trabalho da equipa.

O ano de 2025 foi positivo para os clientes da Golden. Os resultados obtidos foram sólidos, em muitos casos acima do que os mercados proporcionaram. Mas o que importa mais do que um ano excecional é aquilo que ele confirma: a coerência de um modelo construído com disciplina ao longo do tempo.

Os melhores resultados raramente vêm das melhores previsões. Vêm de decisões que conseguimos manter quando começam a ser difíceis.

A Golden Wealth Management posiciona-se hoje entre as maiores sociedades gestoras de ativos em Portugal, na décima posição do mercado nacional. Não é um fim. É uma responsabilidade acrescida.

A Golden SGF, com 38 anos de atividade, traz ao grupo uma experiência longa na gestão de poupança de longo prazo. É hoje a nona maior sociedade gestora de PPR e fundos de pensões em Portugal. Em 2025, o PPR Poupança Dinâmica foi o PPR mais rentável no país e, segundo dados da APFIPP, quatro dos cinco PPR mais rentáveis nas diferentes classes de risco foram geridos pela nossa equipa.

Durante o ano criámos a Golden SGOIC, uma nova sociedade gestora de organismos de investimento coletivo. Permite-nos desenvolver fundos fechados e estruturas destinadas a investidores institucionais e empresariais, ampliando a capacidade do grupo para acompanhar patrimónios de maior complexidade.

Até 2030 queremos ter construído o ecossistema de gestão patrimonial mais sólido em Portugal. Não apenas mais completo em termos de oferta, mas mais capaz de acompanhar a crescente complexidade do património das famílias e das empresas.

O património das famílias integra hoje ativos financeiros, empresas, participações em mercados privados e estruturas internacionais. A complexidade cresceu. A necessidade de uma abordagem integrada também. É nesse espaço que trabalhamos.

A ambição da Golden não é só crescer em dimensão. É ser a referência de rigor no acompanhamento patrimonial em Portugal.

Os patrimónios que resistem ao tempo não são os que têm um bom ano. São os que conseguem atravessar diferentes ciclos sem perder o rumo.

É para isso que existimos.

Continuaremos a trabalhar com essa convicção e com a responsabilidade que os nossos clientes nos confiam todos os dias.

Se os primeiros 25 anos foram para construir as fundações, os próximos serão o teste a tudo o que dissemos que acreditávamos.

António Nunes da Silva
CEO

Índice

1	Factos Relevantes Ocorridos
2	Princípios Orientadores da SGF
3	Envolvente Macroeconómica
4	Desenvolvimento Comercial
5	Carteira sob Gestão
6	Rendibilidades
7	Área Atuarial, Risco e Compliance
8	Resultados

Margem de Solvência

9

Aplicação de Resultados

10

Perspetivas Futuras

11

Considerações Finais

12

Conclusão / Agradecimentos

13

Conclusão / Agradecimentos

14

Demonstrações Financeiras

15



Factos
relevantes
Ocorridos



Factos relevantes

O exercício de 2025 fica indelevelmente marcado como o ano de afirmação da estratégia da GOLDEN SGF.

Num contexto económico e regulatório especialmente exigente, soubemos aliar à disciplina de gestão, a capacidade de antecipação e visão de longo prazo, reforçando a confiança dos nossos stakeholders e projetando, por isso, a Golden SGF para um novo ciclo de desenvolvimento do seu modelo de negócio.

Em 2025, os ativos sob gestão registaram um crescimento de 62%, para os €418,5 milhões, num mercado especialmente concorrencial que globalmente apresentou um acréscimo de 2,8% do seu AUM. Somos, agora, a nona maior Entidade Gestora a operar no mercado português de fundos de pensões, sob supervisão da ASF, mas a primeira independente, não integrada num grupo bancário.

Reforçámos a nossa posição em todas as linhas de negócios, com crescimentos muito significativos: +48.8% nos PPR, para os €169,3 milhões, +57.0% nos FPA, para os €107.3 milhões e, ainda, +85,8% nos FPs Fechados, para os €141,9 milhões.

Os fundos geridos pela GSGF apresentaram, de forma consistente, rentabilidades superiores às verificadas nos respetivos peer group, refletindo a robustez do modelo de governação, a excelência do processo de investimento e o compromisso permanente com padrões elevados de transparência e eficiência.

Em 2025 e de acordo com os rankings anualmente divulgados pela APFIPP, dos 5 PPRs com rentabilidades mais elevadas, 4 são geridos pela Golden SGF. No segmento dos Fundos Pensões Abertos, 3 dos 5 fundos com melhores performances também são por nós geridos. Esta distinção atesta, uma vez mais, o trabalho desenvolvido na procura das melhores soluções de investimento, tendo por base os princípios de preservação de capital, transparência, liquidez, independência e orientação para o cliente. Ainda, a inovação manteve-se como um pilar estratégico para tudo o que diariamente fazemos. Prosseguiu-se, assim, a aposta na automação robótica de processos (RPA), com elevados ganhos de eficiência.

Entrámos, por isso, em 2026 com uma ambição renovada, certos de que manteremos a nossa estratégia, assente no rigor, na prudência e na inovação, mas sempre orientada para a criação de valor junto do cliente, o nosso maior ativo.



Princípios
Orientadores
da SGF

2

Princípios Orientadores

A missão que a Golden SGF assume perante os seus clientes é a de obter a máxima rentabilidade para os fundos sob gestão, dentro do perfil e nível de risco, previamente por estes escolhido.

Tem como princípios de gestão:

- Total independência – Ausência de conflitos de interesses;
- Gestão prudente;
- Rigor, transparência e segurança.



Envolvente
Macroeconómica

3

Envolvente económica e geopolítica

O ano de 2025 ficará assinalado como um período de alteração estrutural nas dinâmicas económicas e geopolíticas globais. Mais do que ajustes incrementais, assistiu-se à redefinição efetiva de vários princípios que enquadravam o funcionamento da economia internacional nas últimas décadas. O regresso de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, com a tomada de posse a 20 de janeiro, constituiu assim um dos eventos mais determinantes do ano, estabelecendo o enquadramento para mudanças subsequentes na política norte-americana em múltiplas vertentes com enormes impactos nos mercados financeiros globais.

O momento mais marcante e simbólico ocorreu, logo no início de abril, com o denominado **“Liberation Day”**, um pacote alargado de tarifas alfandegárias que alterou profundamente o modo como os EUA passaram a enquadrar as suas relações económicas com parceiros internacionais. O impacto inicial foi significativo, configurando um verdadeiro teste de resistência para cadeias de valor e fluxos de comércio globais.

Apesar disso, a reação dos mercados evoluiu de um enquadramento de risco para um processo de ajustamento gradual, à medida que foram anunciadas isenções, exceções e novas rondas de negociação. Este padrão — escalada inicial, flexibilização parcial e subsequente procura de compromisso — evidenciou a natureza cada vez mais estratégica das tarifas, agora utilizadas como instrumentos de influência e pressão política, para além da sua função económica tradicional. Num contexto internacional marcado por crescente fragmentação, este tipo de abordagem comercial introduz maior incerteza sobre expectativas, estabilidade das cadeias de abastecimento e níveis de confiança, produzindo efeitos que extravasam o comércio e se repercutem nos mercados financeiros.

O enfraquecimento dos mecanismos multilaterais que, durante décadas, sustentaram o sistema internacional tornou-se evidente criando-se um ambiente global menos baseado em regras e mais condicionado por dinâmicas de força entre Estados. Esta transição tem implicações relevantes não apenas na geopolítica, mas também na arquitetura monetária internacional, influenciando padrões de liquidez, movimentos de capitais e perceções de risco dos investidores.

Paralelamente, o ano de 2025 foi também caracterizado pela continuação da guerra na Ucrânia e instabilidade no Médio Oriente, situações que em grande medida já foram interiorizadas pelos agentes do mercado, mas que continuaram, a espaços, a funcionar como fonte de incerteza e volatilidade.



Economia Global e Dados Económicos

Apesar do contexto político e geopolítico particularmente exigente, a economia global apresentou, em 2025, uma evolução globalmente mais favorável do que antecipado no início do ano. Nos Estados Unidos, o crescimento económico mostrou resiliência face ao impacto inicial das novas tarifas, beneficiando de um fator determinante: o ciclo de investimento associado à Inteligência Artificial, abrangendo hardware, software e infraestrutura. Este fenómeno constituiu uma das marcas distintivas do ano, evidenciando como desenvolvimentos de natureza “micro” — nomeadamente investimentos tecnológicos específicos — passaram a exercer influência direta sobre variáveis “macro”, com efeitos na formação de expectativas de crescimento e na valorização de ativos financeiros.

Na Zona Euro, o crescimento surpreendeu pela positiva, contrastando com os cenários mais conservadores que prevaleciam no final de 2024. Ainda assim, a evolução manteve-se heterogénea: observou-se fragilidade persistente no núcleo industrial, em especial na Alemanha, enquanto economias com maior peso do setor dos serviços registaram desempenhos mais robustos. Na China, o setor imobiliário continuou a representar um constrangimento significativo, condicionando a procura interna e limitando a capacidade de aceleração do crescimento. Contudo, o país demonstrou capacidade de ajustamento ao novo enquadramento comercial global, reforçando o contributo das exportações e redirecionando fluxos para mercados menos afetados pela pressão tarifária.

No seu conjunto, 2025 caracterizou-se por dinâmicas económicas particularmente complexas de interpretar. Os números de crescimento e de comércio revelaram-se difíceis de ler de forma linear, uma vez que fatores externos — desde a implementação das tarifas norte-americanas ao impacto dos ganhos de produtividade associados à Inteligência Artificial — distorceram relações tradicionais da atividade económica. Em vários casos, indicadores que historicamente evoluíam de forma consistente passaram a refletir um conjunto mais amplo de choques estruturais, exigindo uma leitura mais prudente e uma maior atenção à qualidade e sustentabilidade dos dados subjacentes.

Política Monetária: do “manual” ao regime

A política monetária constituiu um dos eixos centrais do enquadramento macroeconómico de 2025. O ano evidenciou de forma clara um regime em que as decisões dos principais bancos centrais se encontram cada vez mais condicionadas pelo contexto político e pelas implicações orçamentais. Dois conceitos ganharam particular relevância ao longo do ano: “independência do banco central” e “*fiscal dominance*”, refletindo a crescente interação — e por vezes tensão — entre autoridades monetárias e os respetivos executivos governamentais. Este fenómeno foi especialmente visível nos Estados Unidos, onde a Reserva Federal (FED) enfrentou um ambiente de pressão política sem precedentes recentes. A relação entre a administração Trump e vários membros do Conselho de Governadores deteriorou-se ao longo do ano, incluindo episódios de críticas públicas, declarações hostis e tentativas explícitas de influenciar a orientação da política monetária. Jerome Powell, tornou-se o principal foco desta tensão institucional, alimentando um debate intenso sobre os limites da independência da autoridade monetária e os riscos associados à interferência política. No que respeita às decisões de política monetária, a Reserva Federal optou por manter as taxas diretoras inalteradas durante o primeiro semestre, num contexto de elevada incerteza quanto ao impacto inflacionista das novas tarifas alfandegárias. A partir do terceiro trimestre, e perante sinais de deterioração gradual no mercado de trabalho e moderação da atividade, a FED iniciou um ciclo de flexibilização, concretizando três cortes de 25 pontos base cada. Paralelamente, anunciou medidas de flexibilização do seu balanço, reforçando a perceção de que as condições financeiras tenderiam a tornar-se menos restritivas no horizonte.

Na Europa, o Banco Central Europeu seguiu uma trajetória distinta. Após quatro cortes de taxas no primeiro semestre, justificados pela consolidação da trajetória desinflacionista e pela necessidade de apoiar economias mais expostas a fragilidades industriais, o BCE estabilizou a taxa de depósito em 2% na segunda metade do ano. A comunicação manteve um tom prudente, sublinhando que novos ajustamentos dependeriam da evolução dos dados económicos e do equilíbrio entre os riscos para a inflação e para o crescimento.

Comportamento das principais classes de ativos em 2025

2025 foi, de forma inequívoca, um ano de *risk-on*: o risco foi assumido e, na generalidade dos casos, bem pago. Mas não foi um *risk-on* linear. Foi um ano de rotação, de reajustes e de mudanças de liderança, com vários momentos a testarem convicções e a reescreverem narrativas.

Ranking of asset classes in EUR									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Crude oil	Small cap EUR	Gold	Crude oil	Gold	Crude oil	Crude oil	S&P 500	Gold	Gold
S&P 500	MSCI EM	Govies EUR	S&P 500	S&P 500	S&P 500	Gold	Small cap EUR	S&P 500	Euro stoxx 600
Gold	TOPIX	Cash 12m EUR	Small cap EUR	MSCI EM	MSCI Europe ex-EMU	Cash 12m EUR	TOPIX	TOPIX	Small cap EUR
MSCI EM	Euro stoxx 600	IG credit EUR	Euro stoxx 600	Small cap EUR	Small cap EUR	MSCI Europe ex-EMU	Euro stoxx 600	MSCI EM	MSCI EM
HY credit EUR	HY credit EUR	S&P 500	MSCI Europe ex-EMU	Govies EUR	Euro stoxx 600	HY credit EUR	HY credit EUR	HY credit EUR	MSCI Europe ex-EMU
IG credit EUR	S&P 500	HY credit EUR	Gold	IG credit EUR	TOPIX	TOPIX	Gold	Crude oil	TOPIX
TOPIX	MSCI Europe ex-EMU	TOPIX	TOPIX	HY credit EUR	HY credit EUR	Euro stoxx 600	MSCI Europe ex-EMU	Euro stoxx 600	HY credit EUR
Small cap EUR	IG credit EUR	MSCI Europe ex-EMU	MSCI EM	TOPIX	Gold	IG credit EUR	IG credit EUR	IG credit EUR	S&P 500
Govies EUR	Govies EUR	MSCI EM	HY credit EUR	Cash 12m EUR	MSCI EM	S&P 500	Govies EUR	MSCI Europe ex-EMU	IG credit EUR
Cash 12m EUR	Cash 12m EUR	Euro stoxx 600	Govies EUR	Euro stoxx 600	Cash 12m EUR	Small cap EUR	Cash 12m EUR	Cash 12m EUR	Cash 12m EUR
Euro stoxx 600	Gold	Small cap EUR	IG credit EUR	MSCI Europe ex-EMU	IG credit EUR	MSCI EM	MSCI EM	Govies EUR	Govies EUR
MSCI Europe ex-EMU	Crude oil	Crude oil	Cash 12m EUR	Crude oil	Govies EUR	Govies EUR	Crude oil	Small cap EUR	Crude oil

Mercado Acionista

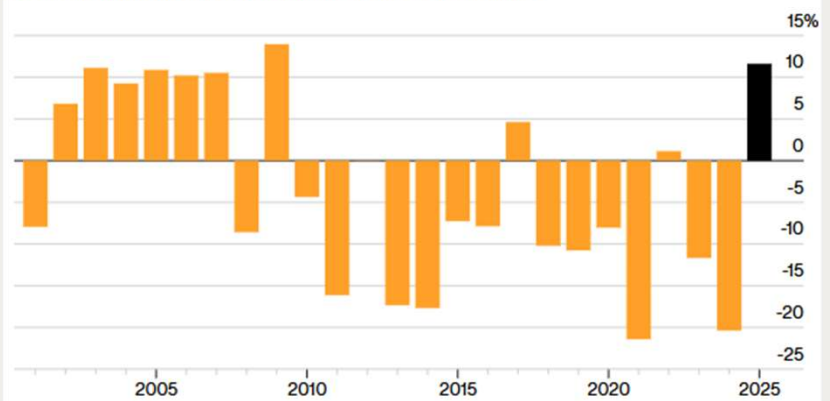
O ano começou com máximos históricos, neste mercado, e rapidamente viveu um dos episódios mais marcantes do ciclo: a correção nas ações ligadas à Inteligência Artificial (IA) no chamado “*DeepSeek moment*”. Pela primeira vez, ficou explícito para o mercado que a liderança tecnológica norte-americana podia ser desafiada por soluções com custos muito mais baixos, sem degradação equivalente de performance. Este momento não foi apenas uma correção de preços, foi um choque conceptual, que colocou em causa a ideia de “excepcionalismo norte-americano” e introduziu a variável “eficiência”. Mais tarde, já nos resultados do primeiro e segundo trimestre, as *megacaps* (empresas de grande capitalização bolsista) voltaram a validar a realidade dominante de 2025: o investimento em IA continuava “a todo o vapor”, com anúncios de investimentos de milhares de milhões de dólares, reancorando a narrativa positiva até ao final do ano.

Em termos geográficos, uma das surpresas foi a rotação parcial para fora dos Estados Unidos: Europa, Japão e Mercados Emergentes tiveram desempenho muito mais forte (principalmente quando medido em USD, devido à depreciação do dólar), mostrando apetite por risco fora do eixo tradicional e reforçando o valor da diversificação geográfica num ano de transição. Ainda nos EUA, a performance dos grandes índices ficou muito dependente de um número reduzido de *megacaps*, elevando o peso do setor tecnológico para níveis historicamente desconfortáveis.

International Stocks Outperform US Peers

MSCI ACWI ex-USA beat S&P 500 by highest margin since 2009

■ MSCI ACWI Excluding United States Index - S&P 500 Index



Mercado Obrigacionista

O mercado obrigacionista assumiu, em 2025, um papel central enquanto verdadeiro “detetor de mudança de regime”, revelando sinais estruturais que não foram tão visíveis nos mercados acionistas. Foi neste segmento que emergiram as indicações mais claras sobre a mudança do enquadramento macroeconómico e da perceção de risco por parte dos investidores.

Assim, um dos temas que ganhou maior preponderância ao longo do ano foi o da trajetória da dívida pública e da sua sustentabilidade. Tornou-se evidente a pressão crescente sobre os governos para gerir o custo do serviço da dívida, num contexto de taxas ainda elevadas e exigências orçamentais mais pesadas. Esta pressão traduziu-se, em vários casos, numa preferência por emissões com maturidades mais curtas, refletindo preocupações com o risco de refinanciamento e com a sensibilidade das contas públicas a variações nas condições financeiras. Este enquadramento reintroduziu no debate de mercado um conceito que desde a Crise das dívidas públicas da Zona Euro do início da última década estava quase esquecido: o risco soberano.

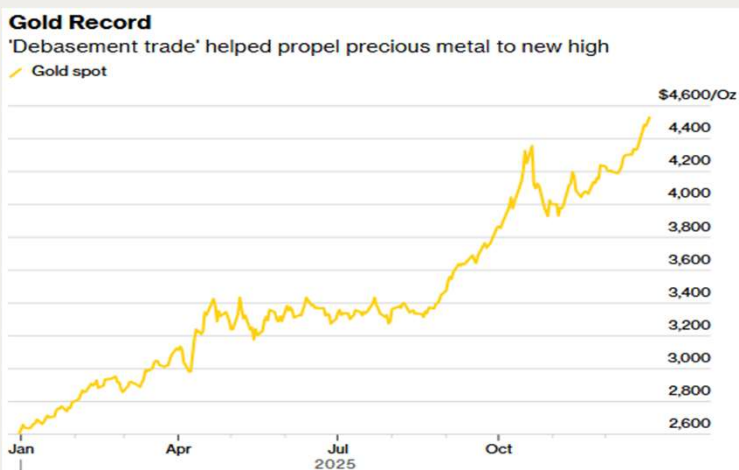
Em paralelo, o crédito corporativo mostrou-se relativamente resiliente. Após um alargamento inicial dos prémios de risco na sequência do choque das tarifas norte-americanas, assistiu-se a uma compressão gradual desses spreads, com o ano a terminar em níveis próximos dos mínimos do ciclo. Destacou-se o bom comportamento tanto do segmento *investment grade* como do *high yield*, favorecidos pela estabilização das expectativas de política monetária e pela ausência de sinais significativos de deterioração generalizada da qualidade creditícia.

O Japão merece referência específica, dado o carácter estrutural das mudanças verificadas em 2025. Um pilar que durante décadas parecia imutável começou a revelar sinais de cedência. A curva japonesa enfrentou pressões relevantes, com as yields de longo prazo a atingirem máximos de várias décadas, refletindo a combinação entre fatores internos — dinâmica salarial, inflação mais persistente e reavaliação da política de controlo da curva de rendimentos — e fatores externos, incluindo o papel do Japão no financiamento global. Tornou-se mais claro que a função do país enquanto “âncora de liquidez” internacional está em transição, com potenciais implicações para os fluxos globais e para as condições financeiras de médio prazo.

Ouro e Metais Preciosos

foi uma das grandes histórias de 2025 - não apenas como proteção pontual, mas como sinal estrutural. O metal registou um dos melhores anos em várias décadas, com um movimento amplificado também na prata e outros metais preciosos. Este comportamento teve múltiplos suportes, que já demos destaque: dúvidas sobre trajetórias de dívida pública, debate sobre independência de bancos centrais, incerteza geopolítica persistente e uma tendência de diversificação das reservas oficiais, com vários bancos centrais a reforçar a sua exposição a ouro num contexto em que o dólar perdeu parte do seu estatuto como “porto seguro” incontestado, dada a maior volatilidade associada à política norte-americana.

Embora a narrativa do “*debasement trade*”, relacionada com a depreciação do dólar, se tenha popularizado, o metal precioso, sinalizou uma tendência estrutural e não de curto prazo. não reagiu apenas à fraqueza do dólar e à inflação; reagiu à confiança, à fragmentação e à mudança de regime.



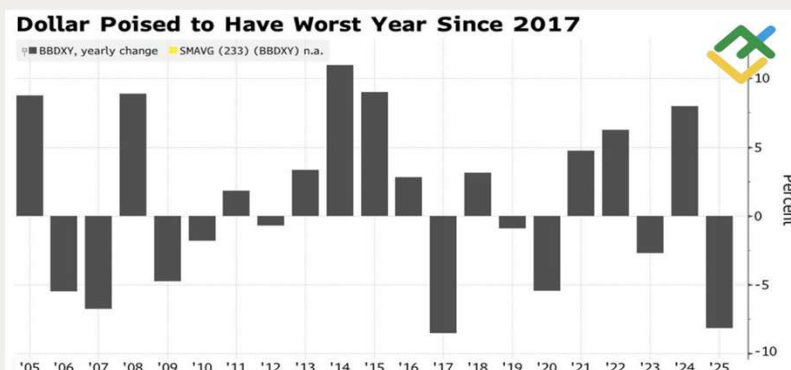
Commodities: Energia e metais industriais

O índice das matérias-primas, no seu cômputo geral, teve um ano positivo, mas com grande dispersão interna. Os metais preciosos lideraram, já o petróleo terminou o ano em queda, refletindo um cenário em que a oferta cresceu mais do que a procura, com acumulação de excedentes. Saiu reforçada a ideia de que “*commodities*” não são uma única classe - são vários mercados com ciclos próprios, cada vez mais influenciados por geopolítica, investimento e restrições estruturais.

Mercados Cambiais

Se tivermos de escolher a maior surpresa de 2025, para muitos investidores globais, foi o comportamento do dólar americano. O consenso no início do ano era quase unânime: políticas “America First” significariam dólar mais forte. O que aconteceu foi o oposto. O dólar depreciou-se de forma significativa em termos efetivos e perdeu mais de 10% face ao euro.

E isto é particularmente importante porque não resultou de uma “fuga” aos ativos americanos. Pelo contrário: o apetite por ações dos EUA manteve-se e a narrativa de IA continuou a atrair capital. O que mudou foi a leitura do regime: diferencial de taxas reais a estreitar, maior sensibilidade ao risco institucional e, acima de tudo, a perceção de que, num mundo de múltiplas esferas, a gestão cambial deixa de ser detalhe e passa a ser componente central do retorno.



Portugal: enquadramento e mercado

O ano de 2025 desenvolveu-se num enquadramento internacional desafiante, marcado por alterações estruturais na política comercial norte-americana, crescente fragmentação geopolítica e sinais de reconfiguração monetária global. Ainda assim, a economia portuguesa conseguiu preservar um desempenho relativamente sólido, beneficiando de fatores internos de resiliência e de um ambiente europeu que, apesar das fragilidades estruturais, revelou capacidade de estabilização cíclica.

A atividade económica nacional manteve-se sustentada por três pilares essenciais: exportações de serviços, em particular o turismo; consumo privado, apoiado pela recuperação do rendimento real; e investimento, beneficiando quer de condições financeiras menos restritivas na segunda metade do ano, quer da execução de projetos enquadrados no PRR. Embora o ambiente externo tivesse introduzido volatilidade adicional, sobretudo através da maior discriminação do mercado em relação ao risco soberano na Europa, Portugal conseguiu preservar um perfil de estabilidade e previsibilidade que favoreceu o comportamento dos ativos financeiros nacionais.

Em termos de crescimento, a economia portuguesa deverá expandir-se em valores ligeiramente acima dos 2,0%, um pouco melhor que as estimativas mais consensuais apontavam. De acordo com o Boletim Económico do Banco de Portugal, as exportações de bens e serviços deverão crescer 3,2% em 2025, refletindo uma combinação de resiliência nos serviços — especialmente turismo e atividades associadas — e uma recuperação gradual na componente de bens, apesar da fragilidade persistente em alguns mercados europeus. O consumo privado deverá aumentar cerca de 2,7%, acompanhado por um crescimento do investimento de 5,4%, impulsionado por projetos públicos e privados, bem como pela maior previsibilidade na condução da política monetária europeia.

No plano dos preços, a inflação deverá manter-se num patamar moderado, convergindo para valores consistentes com o objetivo do Banco Central Europeu. A evolução dos preços da energia, a normalização das cadeias de abastecimento e a moderação da procura contribuíram para um ambiente inflacionista mais estável, reforçando o poder de compra das famílias e sustentando a dinâmica do consumo.

Apesar desta evolução favorável, o enquadramento externo continua a acarretar riscos relevantes. A trajetória da política comercial norte-americana, a incerteza geopolítica persistente e a maior sensibilidade dos mercados ao risco fiscal na Europa constituem fatores a monitorizar de perto. Ainda assim, Portugal manteve uma perceção de risco soberano relativamente estável, beneficiando de contas públicas equilibradas e de uma gestão prudente da política orçamental.

Desta forma, e apesar dos desafios internacionais, a economia portuguesa deverá continuar a convergir de forma gradual com a média europeia, que permanece penalizada pelo fraco desempenho das maiores economias do bloco. Para 2026, as previsões apontam para um crescimento da União Europeia, novamente abaixo do ritmo estimado para Portugal, reforçando o posicionamento relativo favorável da economia nacional no contexto europeu.



Desenvolvimento
Comercial

4

Desenvolvimento Comercial

Em 2025, a Golden SGF alcançou de forma inequívoca os objetivos estratégicos definidos para o exercício. O ano foi marcado por um crescimento expressivo do volume de ativos sob gestão (AUM), pela expansão da quota de mercado e pelo aumento do número de clientes, tanto no segmento individual como no institucional.

Crescimento no Segmento Individual

A Sociedade reforçou a aposta nas soluções de poupança individual, sustentada na convicção de que os Planos de Poupança Reforma (PPR) e as adesões individuais a Fundos de Pensões Abertos constituem instrumentos privilegiados para a capitalização de poupança de longo prazo. Estes veículos continuam a apresentar vantagens fiscais competitivas face a outras alternativas financeiras, contribuindo para o seu crescente reconhecimento e procura.

Desenvolvimento do Negócio Institucional

Em paralelo, registou-se um aprofundamento consistente da atividade no segmento institucional, com particular foco nos Fundos de Pensões Fechados e nas adesões coletivas. Esta estratégia permitiu fortalecer a presença da Golden SGF neste mercado, consolidando relações e captando novas oportunidades de crescimento.

Evolução dos Ativos Sob Gestão

O crescimento sustentado dos ativos sob gestão da Golden SGF constitui, mais do que um indicador de escala, uma demonstração clara da confiança que os nossos clientes depositam na consistência do nosso trabalho e na robustez do nosso modelo de investimento. Mantemos um compromisso firme: continuar a gerar valor no património dos nossos clientes através de uma gestão disciplinada, diversificada e orientada para a criação de resultados de longo prazo.

Os resultados alcançados em 2025 comprovam o sucesso da estratégia implementada. O volume sob gestão registou acréscimos de:

- **PPR:** +55,6 milhões de euros (+49% face a 2024)
- **Fundos de Pensões Abertos:** +39 milhões de euros (+57% face a 2024)
- **Fundos de Pensões Fechados:** +65,5 milhões de euros (+86% face a 2024)

Estes indicadores confirmam a capacidade da Sociedade para gerar crescimento sustentável, reforçando a confiança depositada pelos clientes e parceiros.

Parcerias e Rede de Mediadores

O ano de 2025 assinalou igualmente o estabelecimento de novas parcerias estratégicas e o reforço de relações já existentes, com particular destaque para o papel crescente da rede de mediadores. A Golden SGF reconhece este canal, bem como o dos parceiros institucionais, como elementos fundamentais para a expansão comercial futura.

Transformação Digital

A Sociedade prosseguiu o processo de transformação digital, com foco na melhoria da experiência do cliente e na modernização contínua das operações internas. Esta evolução deverá revelar-se determinante não apenas para o crescimento sustentado da Golden SGF, mas também para o aumento da satisfação dos clientes atuais e para a atração de novos segmentos que valorizam jornadas digitais simples, eficientes e integradas.

5



Carteira
sob
Gestão

5 Carteira sob Gestão

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela Golden SGF.

PPRs	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Poupança Garantida	5 594	5 524	5 827	70	1%
Poupança Conservadora	14 397	9 200	8 609	5 197	56%
Poupança Equilibrada	14 970	10 705	10 795	4 265	40%
Poupança Ativa	17 712	12 344	12 688	5 368	43%
Poupança Dinâmica	35 071	18 935	14 138	16 136	85%
PPR Stoik	40 922	33 687	23 172	7 235	21%
PPR Top Gestores	9 725	8 713	7 198	1 012	12%
PPR Doutor Finanças	9 946	3 621	1134	6 325	175%
PPR DECO *	988	620	176	368	59%
PPR ETF **	19 973	10 397	2 308	9 576	92%
TOTAL	169 298	113 746	86 045	55 552	49%

* Fundo constituído a 01.09.2023

** Fundo constituído a 30.10.2023

Unidade: milhares de euros

Fundos de Pensões Abertos

	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Reforma Garantida	2 819	3 038	3 234	-219	-7%
Reforma Conservadora	23 299	13 458	12 502	9 841	73%
Reforma Equilibrada	42 449	27 992	16 412	14 457	52%
Reforma Stoik	7 370	8 432	7 025	-1 062	-13%
Square Ações	3 735	3 347	3 015	388	12%
Reforma Dinâmica *	27 637	12 075	4 779	15 562	129%
TOTAL	107 309	68 342	46 967	38 967	57%

* Fundo constituído a 01.05.2023

Unidade: milhares de euros

Fundos de Pensões Fechados

	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Chamusca	698	645	616	53	8%
ECM	1 192	1 182	1 152	10	1%
OREY	572	550	622	22	4%
SCML	7 367	6 883	6 877	484	7%
SNQTB	5 947	5 426	5 054	521	10%
Algora *	4 690	4 311	7 719	379	9%
Una	2 284	2 053	2 038	231	11%
FP P TLP	34 227	36 311	37 473	-2 084	-6%
FP TDP	933	1 065	1 166	-132	-12%
Haiton - SubFundo 1	34 499	-	-	34 499	
Haiton - SubFundo 2	32 653	-	-	32 653	
FP Marconi	16 801	17 893	18 546	-1 092	-6%
TOTAL **	141 863	76 348	82 238	65 515	86%

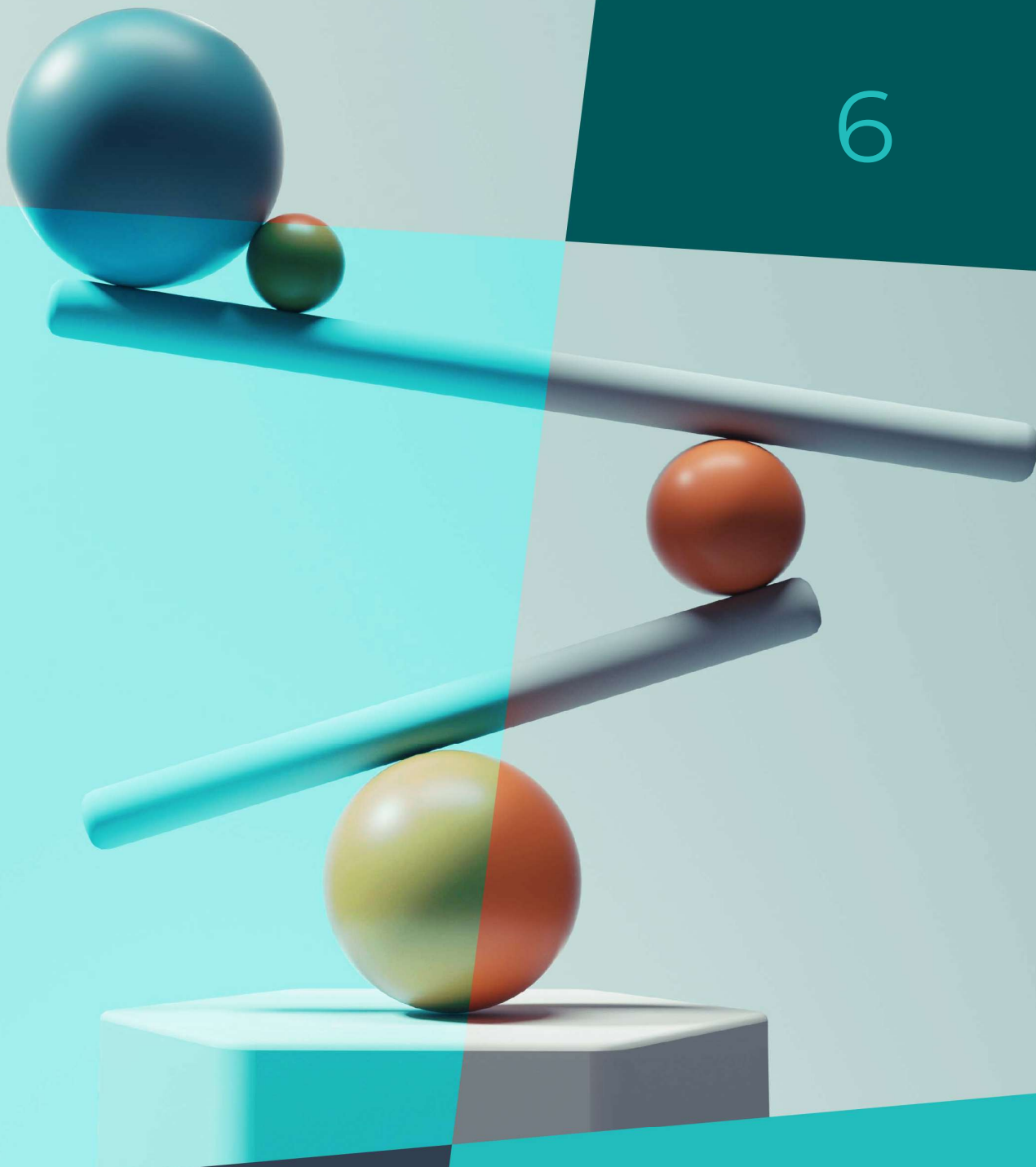
* Extinção de uma quota-parte do fundo em dezembro de 2024

** Inclui FP CIN, extinto em 2023

Unidade: milhares de euros

Resumo	2025	2024	2023	Variação 2025/2024	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
PPR	169 298	113 746	86 042	55 552	49%
Fundos Abertos	107 309	68 341	46 962	38 968	57%
Fundos Fechados	141 888	76 348	82 238	65 540	86%
TOTAL	418 495	258 435	215 242	160 060	62%

Unidade: milhares de euros



6

Rendibilidades

PPR	2025	2024	2023	Últimos 3 anos (Média)
Poupança Garantida	11,08%	3,67%	4,37%	6,37%
Poupança Conservadora	12,75%	4,31%	3,41%	6,82%
Poupança Equilibrada	15,74%	4,72%	3,37%	7,94%
Poupança Ativa	20,14%	5,85%	4,53%	10,17%
Poupança Dinâmica	27,68%	5,91%	6,63%	13,41%
PPR Stoik	4,77%	5,85%	13,29%	7,97%
PPR Top Gestores	13,35%	9,80%	12,02%	11,72%
PPR Doutor Finanças	6,54%	18,06%	11,28%	11,96%
PPR DECO *	0,24%	7,74%	1,51%	3,16%
PPR ETF **	8,88%	16,03%	1,73%	8,88%

* Fundo constituído a 01.09.2023

** Fundo constituído a 30.10.2023

Fundos de Pensões Abertos	2025	2024	2023	Últimos 3 anos (Média)
Reforma Garantida	8,83%	4,72%	3,39%	5,65%
Reforma Conservadora	11,47%	4,15%	2,83%	6,15%
Reforma Equilibrada	13,39%	4,65%	3,55%	7,20%
Reforma Stoik	4,01%	5,71%	13,92%	7,88%
Square Ações	9,52%	7,35%	3,23%	6,70%
Reforma Dinâmica *	27,77%	6,45%	2,98%	12,40%

* Fundo constituído a 01.05.2023

Unidade: milhares de euros



Área atuarial,
Risco e
Compliance

7

Área Atuarial, Risco e Compliance

No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da Golden SGF salientamos a publicação da Norma Regulamentar n.º 7/2025-R, sobre os pressupostos e requisitos na divulgação de informações respeitantes a fundos de pensões fechados, adesões coletivas a fundos de pensões abertos e a adesões individuais a fundos de pensões abertos. Esta Norma Regulamentar veio concretizar o previsto no regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, aprovado pela Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, no que respeita aos deveres de informação. A produção de efeitos desta Norma Regulamentar foi suspensa até 1 de janeiro de 2027.

Ao nível do risco e controlo interno evidenciamos a continuação do reforço do investimento na infraestrutura informática da Golden SGF e no desenvolvimento digital da empresa.

Parte da atividade continua a ser desenvolvida via teletrabalho, não tendo sido registadas situações de incumprimentos durante o período, garantindo-se integralmente as obrigações legais da Golden SGF.



8

Resultados

Resultados em euros (€)	2025	2024	Varição
Serviços prestados	4 140 539,74	3 155 162,98	985 376,76
Fornecimentos e serviços externos	(2 457 104,84)	(1 890 576,45)	(566 528,39)
Gastos com o pessoal	(899 924,46)	(837 931,77)	(61 992,69)
Provisões (aumentos/reduções)	50,41	60 086,02	(60 035,61)
Aumentos/ reduções de justo valor	233 928,39	46 540,05	187 388,34
Outros rendimentos e ganhos	27 632,41	37 199,47	(9 567,06)
Outros gastos e perdas	(76 822,36)	(63 188,08)	(13 634,28)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(209 543,46)	(172 417,71)	(37 125,75)
Resultado operacional	758 755,83	334 874,51	423 881,32
Resultados antes de impostos	758 755,83	334 874,51	423 881,32
Imposto sobre o rendimento do período	(94 491,44)	(5 851,86)	(1 839,57)
Resultado líquido do período	664 264,39	329 022,65	422 041,75

O aumento dos serviços prestados, nomeadamente as comissões de gestão e de performance fees, foi determinante para o resultado alcançado.

As rubricas que contribuíram positivamente para a variação dos resultados foram:

- aumento das comissões de gestão;
- diminuição das provisões constituídas;
- acréscimo do justo valor da carteira própria.

As rubricas que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- aumento dos fornecimentos e serviços externos;
- acréscimo dos gastos com o pessoal;
- diminuição dos outros rendimentos e ganhos;
- acréscimo de outros gastos e perdas;
- aumento de gastos de depreciação e de amortização.



9

Margem de Solvência

A Margem a constituir está acima do valor mínimo legal com uma taxa de cobertura de 167,47%.

	2025	2024
Margem a Constituir	1 381 071,44	1 209 873,58
Elementos de Cobertura	2 312 916,51	1 831 339,73
Excedente de Cobertura	931 845,07	621 466,15
Taxa de Cobertura	167,47%	151,37%



10

Aplicação de Resultados

Em cumprimento do artigo 66º, n.º5, al f) e atendendo ao facto de o resultado líquido ser positivo no montante de 664 264,39, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Resultados Transitados:
64 264,39 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo credor de 345 910,70 euros, sendo adicionalmente confirmado o bónus de balanço para colaboradores no valor de 66 000,00 Euros (sessenta e seis mil), já incluídos no apuramento do resultado líquido do exercício.
- O remanescente: 600 000,00 euros, distribuição aos acionistas.



Perspetivas
Futuras



Perspetivas Futuras

A Golden SGF continuará o seu percurso com uma convicção simples: colocar sempre os interesses dos seus clientes no centro de todas as decisões.

A independência e a ausência de conflitos de interesse continuam a ser princípios estruturais da nossa atuação. São estes princípios que sustentam a relação de confiança que milhares de investidores mantêm connosco na gestão da sua poupança de longo prazo.

O crescimento continuado dos ativos sob gestão da Golden SGF, mais do que um indicador de dimensão, é um sinal da confiança que os nossos clientes depositam na consistência do nosso trabalho e na disciplina do nosso modelo de investimento. O nosso objetivo permanece claro: continuar a criar valor no património dos nossos clientes através de uma gestão rigorosa, diversificada e orientada para o longo prazo.

Num contexto económico global marcado por ciclos cada vez mais rápidos e por uma maior complexidade nos mercados financeiros, a gestão da poupança exige ainda mais disciplina e visão estratégica. É com essa responsabilidade que a Golden SGF continuará a trabalhar para procurar superar o mercado nos indicadores de crescimento e afirmar-se pela consistência da sua gestão.

Ao mesmo tempo, continuaremos a reforçar a qualidade da experiência oferecida aos nossos clientes. O próximo ciclo de desenvolvimento da Golden SGF incluirá uma aposta reforçada na transição digital, permitindo aumentar a eficiência operacional e tornar a relação com os investidores ainda mais simples, transparente e próxima.

Acreditamos que a tecnologia deve servir um propósito claro: facilitar o acesso à poupança e melhorar a forma como cada cliente acompanha e compreende o seu património.

A missão da Golden SGF permanece, por isso, inalterada: ajudar os nossos clientes a transformar poupança em segurança financeira e liberdade futura.

Continuaremos a trabalhar com a disciplina que sempre nos orientou e com a ambição de continuar a merecer a confiança que diariamente nos é depositada.

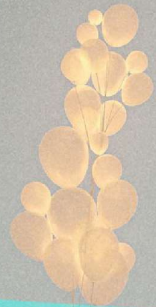
Porque poupar é uma decisão. E de poupança, sabemos nós.



12

Considerações Finais

Após o fim do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.



13

Conclusão / Agradecimentos

O Conselho de Administração da Golden SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

Aos Clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de poupança e reforma;

Aos Parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;

Aos membros da Mesa da Assembleia Geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;

Ao Conselho Fiscal pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;

À ASF e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;

Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;

Aos Fornecedores e aos prestadores de serviços externos;

A todos os nossos Colaboradores atuais e também aos que deixaram a empresa em 2025, pelo empenho e dedicação.

O nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa Golden SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da empresa.

Lisboa, 27 de março de 2026

O Conselho de Administração

António Nunes da Silva
Presidente

Sérgio Ruivinho
Nuno Basílio
João Matos
Rita Appleton
Administradores



14

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

14.1 Introdução e enquadramento legal

A Golden SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante indistintamente designada por “Sociedade” ou “Golden SGF”) é uma Sociedade que integra o perímetro empresarial da Golden Wealth Management – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (neste documento também denominada “GWM” ou “Grupo GWM).

O seu modelo de governação é simples e alinhado com o do Grupo Financeiro onde se insere. A Política de Remuneração da Golden SGF (ou a “Política”) foi estabelecida em função do respetivo modelo de negócios e do grau de complexidade da organização.

A Golden SGF adota e implementa a presente Política nos termos e para os efeitos da legislação aplicável, designadamente:

o Regime Jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundo de pensões (“RJFP”), aprovado pela Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2016/2341 do Parlamento e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais, nomeadamente quanto ao disposto nos artigos n.º 108.º, n.º 4., e n.º 124.º;

a Norma Regulamentar n.º 6/2024-R, de 20 de agosto, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões (“ASF”), relativa ao sistema de governação das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões;

o Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

14.2 Definições

Para efeitos da aplicação desta Política, entende-se por:

- a. Remuneração:** conjunto de vantagens atribuídas aos colaboradores de uma instituição, como contrapartida dos serviços prestados, ainda que periódicas, fixas ou variáveis (mesmo que contingentes), de natureza contratual ou não e de carácter monetário ou não monetário;
- b. Remuneração variável:** componente de remuneração calculada com base em critérios de desempenho;
- c. Política de Remuneração:** conjunto dos princípios e dos procedimentos destinados a fixar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos colaboradores da instituição, bem como a forma, a estrutura e as condições de pagamento da remuneração devida a esses colaboradores, incluindo a decorrente do processo de avaliação do desempenho;
- d. Funções-chave:** as funções estabelecidas na alínea n) do artigo 4.º e no artigo 117.º do RJFP;
- e. Fatores de sustentabilidade:** as questões ambientais, sociais e laborais, o respeito dos direitos humanos, a luta contra a corrupção e o suborno;
- f. Riscos em matéria de sustentabilidade:** um acontecimento ou condição de natureza ambiental, social ou de governação cuja ocorrência é suscetível de provocar um impacto negativo significativo efetivo ou potencial no valor do investimento.

14.3 Objeto e âmbito de aplicação

A presente Política visa implementar um sistema remuneratório que, dando cumprimento à legislação/regulamentação em vigor, garanta um alinhamento com o aplicado nas restantes empresas do Grupo GWM, tendo em vista, entre outros objetivos, a compatibilização dos interesses dos diversos stakeholders.

Esta Política destina-se a estabelecer os princípios a que deve obedecer a fixação das componentes remuneratórias dos seguintes elementos:

- Membros do Conselho de Administração da Sociedade;
- Membros do Órgão de Fiscalização da Sociedade;
- Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

A política de remuneração relativa às pessoas que, não sendo membros dos Órgãos de Administração ou de Fiscalização, exerçam a sua atividade profissional no âmbito das Funções-Chave ou de outra função que possa ter impacto material no perfil de risco da Sociedade, será definida e implementada pelo Conselho de Administração.

As regras estabelecidas na presente Política deverão ser cumpridas desde a data da sua aprovação até que sejam expressamente alteradas, nos termos do ponto 6. infra.

14.4 Princípios gerais

Esta Política de Remuneração assenta no seguinte conjunto de princípios:

- a. Clareza, simplicidade, competitividade, equidade e alinhamento com os interesses e valores da Sociedade e dos respetivos stakeholders;
- b. Controlo eficaz de riscos, evitando potenciais conflitos de interesses e a assunção desadequada de riscos;
- c. Adequação à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida;
- d. Garantia de gestão sã e prudente dos planos e fundos de pensões geridos pela Golden SGF e proteção dos interesses, a longo prazo, dos respetivos participantes, beneficiários e associados.

Ainda, tendo em conta as disposições do Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro, aplicável desde 10 de março de 2021, todas as pessoas que dirigem efetivamente a Sociedade são incentivadas a prosseguir e promover a adoção de atitudes e práticas alinhadas com a defesa dos fatores de sustentabilidade, assegurando que todos os colaboradores os interiorizam e aplicam.

Atentos os princípios estabelecidos nesta Política, bem como a natureza das componentes de remuneração discriminadas no ponto seguinte, considera-se que não se incentiva a assunção desproporcionada de riscos que possa colocar em causa, no curto, médio e também no longo prazo, a sustentabilidade, incluindo a financeira, da Sociedade e dos Fundos de Pensões cuja gestão se lhe encontra confiada.

14.5 Remunerações

No estabelecimento desta Política, para além dos princípios referidos no ponto anterior, foram tomadas em consideração, sempre que possível, as regras em vigor na GWM, as quais atendem às melhores práticas de mercado.

Quanto aos membros do Conselho de Administração é efetuada distinção entre os que exercem funções executivas e não executivas, sendo que os primeiros são remunerados e os segundos podem ser, conforme decisão da Assembleia Geral.

Ainda, os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são remunerados em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades da GWM, atenta a sua dimensão e o mercado onde operam.

Membros do Conselho de Administração com funções executivas

- A remuneração fixa anual é estipulada em Assembleia Geral da Golden SGF, atendendo ao seu modelo de negócio, às referências do mercado e tendo presente a natureza e dimensão da Sociedade e a forma como esta se enquadra no universo GWM;
- Nada sendo deliberado na Assembleia Geral anual, mantém-se em vigor a remuneração fixa anteriormente aprovada.
- Os critérios para estabelecimento da Remuneração fixa consideram métricas predeterminadas, incluindo critérios não financeiros, que atendem ao real crescimento da Sociedade e à riqueza efetivamente criada para os acionistas, à proteção dos interesses dos participantes, beneficiários, contribuintes e associados, à sua sustentabilidade a longo prazo e aos riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da Sociedade, designadamente as relativas a critérios ESG;
- A remuneração fixa é paga mensalmente e nos meses de maio e novembro é paga em dobro;
- Não há lugar ao pagamento de remuneração variável;
- No termo das suas funções, os administradores executivos têm o direito a receber a remuneração mensal até ao último dia de atividade;
- Os membros do Órgão de Administração não devem celebrar contratos, quer com a Golden SGF, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade;
- Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que não haja lugar ao pagamento de qualquer compensação se a destituição ou cessação por acordo de um membro do órgão de administração resultar de um inadequado desempenho.

Membros do Conselho Fiscal

- Remuneração composta exclusivamente por uma componente fixa, paga sob a forma de senha de presença, em função do número de reuniões assistidas;
- O valor desta remuneração e os termos do respetivo pagamento são fixados no início de cada mandato e determinados por deliberação em Assembleia Geral.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, selecionado em conformidade com o enquadramento legal e regulamentar aplicável, é remunerado de acordo com os procedimentos e políticas da Golden SGF, mediante celebração de contrato de prestação de serviços e tendo por referência a prática de mercado.

14.6 Aprovação e Revisão da Política

Na definição da Política de Remuneração participa uma maioria de pessoas com adequada independência e a capacidade técnica necessária para o efeito, afastando-se, desta forma, eventuais conflitos de interesses e permitindo a formação de um juízo de valor sobre a sua adequação, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição, assim como sobre os seus impactos na sustentabilidade, nos seus diferentes domínios.

Os princípios, critérios e regras relativas à estrutura e fixação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Golden SGF são estabelecidos pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Assim, a aprovação da presente Política, bem como de quaisquer futuras revisões e alterações, é realizada pela Assembleia Geral mediante proposta do Conselho de Administração da Golden SGF, a elaborar nos termos acima referidos.

Os princípios gerais da presente Política serão revistos e atualizados pelo órgão competente, pelo menos, de três em três anos e sempre que se:

- Tenha conhecimento de uma alteração legal ou regulamentar que o determine;
- Tenha conhecimento de instruções ou orientações relativas à Política de Remuneração ou à sua divulgação emitidas por autoridade competente para o efeito;
- Verifique que os critérios ou procedimentos previstos não alcançaram os objetivos pretendidos.

De referir, ainda, que na elaboração desta Política não se recorreu à utilização de consultores externos.

A presente Política é sujeita a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, pelo comité de remuneração, caso exista, ou pelos membros não executivos do órgão de administração ou pelos membros do órgão de fiscalização, tendo como objetivo a verificação do cumprimento da política e das práticas de remuneração.

14.7 Divulgação

A presente Política encontra-se disponível para consulta no sítio da internet da Golden SGF.

Anualmente, serão igualmente publicadas no site da Sociedade as declarações de cumprimento das recomendações da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF.

15



Demonstrações
Financeiras

Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração das alterações no Capital Próprio
Demonstração de Fluxos de Caixa

ANEXOS

1. Introdução
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
 - 1) Bases de apresentação
 - 2) Outros instrumentos financeiros
 - 3) Ativos fixos tangíveis
 - 4) Ativos intangíveis
 - 5) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis
 - 6) Imposto sobre o rendimento
 - 7) Clientes e outros créditos a receber
 - 8) Provisões
 - 9) Rédito
 - 10) Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas
 - 11) Acontecimentos subsequentes
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros
6. Partes relacionadas
 - 1) Relacionamentos com empresas-mãe
 - 2) Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização
 - 3) Transações entre partes relacionadas
7. Ativo fixo tangível
8. Ativo intangível
9. Ativos financeiros detidos para negociação
10. Outros ativos financeiros
11. Imposto sobre o rendimento
12. Clientes
13. Outros créditos a receber
14. Diferimentos ativos
15. Capital subscrito
16. Reservas legais
17. Outras reservas
18. Resultados transitados
19. Provisões e Passivos Contingentes
20. Fornecedores
21. Estado e outros entes públicos
22. Outras dívidas a pagar
23. Rédito
24. Fornecimentos e serviços externos
25. Gastos com o pessoal
26. Aumentos/reduções de justo valor
27. Outros Rendimentos
28. Outros gastos
29. Gestão dos riscos financeiros
30. Informações exigidas por diplomas legais
31. Compromissos e contingências
32. Eventos Subsequentes

Índice

Demonstrações Financeiras

Balço

	Nota	Dezembro (euros)	
		2025	2024
ATIVOS			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	6 350,75	9 735,95
Ativos intangíveis	8	250 489,29	286 855,85
Outros ativos financeiros	10	7 927,74	7 927,74
Ativos por impostos diferidos		-	-
Total do ativo não corrente		264 767,78	304 519,54
Corrente			
Clientes	12	597 443,30	674 434,51
Estado e outros entes públicos	21	-	-
Outros créditos a receber	13	97 077,36	16 668,18
Diferimentos	14	172 898,67	122 593,80
Ativos financeiros detidos para negociação	9	1 056 023,79	619 440,80
Outros ativos financeiros	10	241,30	287,28
Caixa e depósitos bancários	4	6 284 543,36	7 384 775,14
Total do ativo corrente		8 208 227,78	8 818 199,71
TOTAL DO ATIVO		8 472 995,56	9 122 719,25
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas legais	16	459 465,29	459 465,29
Outras reservas	17	117 083,98	117 083,98
Resultados transitados	18	281 646,31	212 623,74
Resultado líquido do período		664 264,39	329 022,65
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2 522 459,97	2 118 195,66
PASSIVO			
Não Corrente			
Provisões	19	-	50,41
		-	50,41
Corrente			
Fornecedores	20	92 809,15	155 571,54
Estado e outros entes públicos	21	56 912,42	34 067,21
Outras dívidas a pagar	22	5 787 772,62	6 814 834,43
Diferimentos	14	13 041,40	
TOTAL DO PASSIVO		5 950 535,59	7 004 473,18
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		8 472 995,56	9 122 719,25

Demonstração dos Resultados

	Nota	Dezembro (euros)	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	23	4 140 539,74	3 155 162,98
Fornecimentos e serviços externos	24	(2 457 104,84)	(1 890 576,45)
Gastos com o Pessoal	25	(899 924,46)	(837 931,77)
Provisões (aumentos/reduções)	19	50,41	60 086,02
Aumentos/ reduções de justo valor	26	233 928,39	46 540,05
Outros rendimentos	27	27 632,41	37 199,47
Outros gastos	28	(76 822,36)	(63 188,08)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		968 299,29	507 292,22
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7/8	(209 543,46)	(172 417,71)
		(209 543,46)	(172 417,71)
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		758 755,83	334 874,51
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultados antes de impostos		758 755,83	334 874,51
Imposto sobre o rendimento do período	11	(94 491,44)	(5 851,86)
Resultado líquido do período		664 264,39	329 022,65

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Atribuível aos acionistas					Total do capital próprio
	Capital subscrito	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
Posição a 1 de janeiro de 2024	1 000 000,00	459 465,29	117 083,98	82 508,85	260 114,89	1 919 173,01
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						329,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	130 114,89	(130 114,89)	-
	-	-	-	130 114,89	(130 114,89)	329,00
Resultado líquido do período					329 022,65	329 022,65
Distribuições				130 114,89	(130 114,89)	-
Resultado integral					199 022,65	199 022,65
Posição a 31 de dezembro de 2024	(1 000 000,00)	459 465,29	117 083,98	212 623,74	329 022,65	2 118 524,66
Alterações no período						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				69 022,65	(69 022,65)	-
	(1 000 000,00)	459 465,29	117 083,98	69 022,57	(69 022,57)	1 576 549,27
Resultado líquido do período					664 264,39	664 264,39
Distribuições				260 000,00	(260 000,00)	-
Resultado integral					404 264,39	404 264,39
Posição a 31 de dezembro de 2025	1 000 000,00	459 465,29	117 083,98	281 646,31	664 264,39	2 522 459,97

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Dezembro (euros)		
	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 126 698,11	3 063 127,62
Pagamentos a fornecedores		(2 563 950,94)	(2 264 899,79)
Pagamentos ao pessoal		(662 047,24)	(778 108,83)
Caixa gerada pelas operações		(99 300,07)	20 119,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(4 012,29)
Outros recebimentos/pagamentos		(387 184,47)	3 448 283,46
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(486 484,54)	3 464 390,17
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(517,20)
Ativos intangíveis		(159 926,79)	(168 099,90)
Investimentos Financeiros		(398 350,20)	(216 566,97)
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Investimentos Financeiros		198 497,75	406 013,35
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(359 779,24)	20 829,28
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Dividendos		(253 968,00)	(130 000,00)
Juros e gastos e similares		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(259 968,00)	(130 000,00)
Variação de caixa e seus equivalentes		(1 100 231,78)	3 355 219,45
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 384 775,14	4 029 555,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 284 543,36	7 384 775,14
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		1 163,19	1 041,53
Descobertos bancários			
Depósitos bancários		6 283 380,17	7 383 733,61
Outras aplicações de tesouraria	4		
		6 284 543,36	7 384 775,14



Anexos

15.1 Introdução

A empresa Golden SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, constituída em 29 de fevereiro de 1988 e tem a sua sede social na Av. da Liberdade, 190 6º A, em Lisboa. A Sociedade desenvolve a sua atividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de dezembro de 2025 constituída por doze Fundos Fechados, seis Fundos Abertos e por dez fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 dos referidos fundos, são os seguintes (euros):

	2025	2024
Fundos fechados	141 863 480,68	76 319 728,52
Fundos abertos	107 309 417,10	68 341 817,38
Fundos representados por PPR	169 298 846,22	113 745 574,56
	418 471 744,00	258 407 120,46

Nos fundos fechados não inclui o FP CIN

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião a 27 de março de 2026. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

15.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

15.3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2. Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à Sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (ações e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na Sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato. As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do ativo sujeitos a depreciação, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem €1.000,00, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Programas de computador	3-5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são suscetíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Programas de computador	3-5

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efetuar a análise com o objetivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, na medida em que eventuais ajustamentos revelar-se-iam materialmente irrelevantes.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Pelas diferenças temporárias derivadas da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na subsidiária, não se estão a constituir ativos ou passivos por impostos diferidos, por se verificarem as exceções previstas nos parágrafos 36 e 41 da NCRF 25 ao princípio do reconhecimento dos passivos e ativos por impostos diferidos atrás expresso.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato. A taxa de derrama não foi considerada para efeitos de cálculo dos impostos diferidos. No exercício económico de 2025, não se registaram diferenças temporárias tributáveis, pelo que não existiram situações geradoras de reconhecimento de impostos diferidos.

3.7. Clientes e outros créditos a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas: a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída em 31 de dezembro de 2025, corresponde ao valor presente da obrigação resultante do facto de a sociedade garantir determinadas taxas de rentabilidade/valorização em certos produtos da gama PPR. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o montante do compromisso e o da valorização estimada dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos de vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Relativamente a esta Sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios económicos futuros a ele associados fluam para a Sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de Sociedade gestora;
- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da Sociedade receber o correspondente montante.

3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas em termos de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas mesmas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

- a) Provisões:** a quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar uma obrigação presente à data do balanço;
- b) Justo valor dos investimentos financeiros:** o justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.
- c) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores:** as perdas por imparidade relativas a saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Golden SGF quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

3.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais

15.4 Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida em resultado do facto de serem de rápida rotação.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão.

	2025	2024
Numerário		
Caixa	1163,19	1041,53
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	6 283 380,17	7 383 733,61
Depósitos a prazo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	6 284 543,36	7 384 775,14

15.5 Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Não se verificaram alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior.

15.6 Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a atual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controlo, ou seja, o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por três acionistas, um dos quais detém 90,72% do mesmo.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização

A gestão da Sociedade pertence ao Conselho de Administração, o qual em 31 de dezembro de 2025, se compunha por cinco membros. Os administradores executivos, auferiram uma remuneração fixa mensal, os administradores não executivos e os membros do conselho fiscal foram remunerados através de senhas de presença.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são os seguintes:

	2025	2024
Remunerações	57 120,00	29 120,00
Senhas de presença	3 100,00	2 050,00
	60 220,00	31 170,00

6.3. Transações entre partes relacionadas

Dando cumprimento ao n.º 5 do artigo 447.º do código das sociedades comerciais, os membros dos órgãos de administração são titulares das ações da sociedade ou de domínio e efetuaram as seguintes transações durante o ano de 2025:

Nome da sociedade, do titular e participação detida	Relação acionista	Aquisição 2025	Aquisição 2024
Baobá – Investimentos, Lda. (sociedade detida em 98,5% por António José Nunes da Silva)	Baobá é acionista (30% da Golden Wealth Management-SGPS, S.A)	0	0

Os principais saldos mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2025 eram os seguintes:

	2025			
	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Saldos de clientes	9 348,70	-	1 599,90	1 608,90
Saldos de fornecedores		-	(60 469,92)	(44 020,01)
Saldos de devedores e credores por acréscimos		-		(156 586,73)
Saldos de outros devedores e credores	(583,02)	-	(58 684,52)	
	8 765,68	-	(117 554,54)	(198 997,84)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as transações realizadas com empresas relacionadas, foram como se segue:

	2025			
	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Gastos com cedência de pessoal	-	-	(39 173,07)	(39 867,76)
Outros serviços refaturados	-	-		-
Gastos suportados com comissões	-	-	(520 393,66)	(905 778,49)
Gastos suportados com rendas	-	-		(41 526,46)
Rendimentos relativos a comissões recebidas	33 948,22	-		
	33 948,22	-	(559 566,73)	(987 172,71)

Os principais saldos mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2024 eram os seguintes:

	2024			
	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Saldos de clientes	8 510,13	-	-	-
Saldos de fornecedores	-	-	(126 150,87)	(219,33)
Saldos de devedores e credores por acréscimos	-	-	-	(66 580,81)
Saldos de outros devedores e credores	(583,02)	-	(34 393,57)	
	7 927,11	-	(160 544,44)	(66 800,14)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as transações realizadas com empresas relacionadas, foram como segue:

	2024			
	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Gastos com cedência de pessoal	-	-	(41 302,48)	(10 492,60)
Outros serviços refaturados	-	-	-	(10 596,00)
Gastos suportados com comissões	-	-	(361 694,08)	(668 380,68)
Gastos suportados com rendas	-	-	-	(40 516,08)
Rendimentos relativos a comissões recebidas	33 936,16	-	-	-
	33 936,16	-	(402 996,56)	(729 985,36)

15.7 Ativo fixo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2025					Total
	Equipam. administ.	Equipam. Biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	Adiantamentos por conta de Ativos fixos tangíveis	
Quantia bruta escriturada inicial	273 971,84		55 378,10			329 349,94
Amortizações acumuladas iniciais	(270 673,47)		(48 940,52)			(319 613,99)
Aquisições	-		-			-
Amortizações do exercício	(3 385,20)		-			(3 385,20)
Saldo Final Líquido	(86,83)		6 437,58	0,00		6 350,75

	2024					Total
	Equipam. administ.	Equipam. Biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	Adiantamentos por conta de Ativos fixos tangíveis	
Quantia bruta escriturada inicial	273 454,64		55 378,10			328 832,74
Amortizações acumuladas iniciais	(246 819,57)		(48 940,52)			(295 760,09)
Aquisições	517,20					517,20
Amortizações do exercício	(23 853,90)					(23 853,90)
Saldo Final Líquido	3 298,37		6 437,58	0,00		9 735,95

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.3. As depreciações do exercício, no montante de €3.385,20 (€23.853,90 em 2024), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”. A aquisição de equipamento administrativo está relacionada com a compra de computadores.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2025. Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

15.8 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2025	
	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	627 099,73	627 099,73
Amortizações acumuladas iniciais	(340 243,88)	(340 243,88)
Aquisições	169 791,70	169 791,70
Amortizações do exercício	(206 158,26)	(206 158,26)
Saldo final líquido	250 489,29	250 489,29

Descrição	2024	
	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	458 999,83	458 999,83
Amortizações acumuladas iniciais	(191 679,99)	(191 679,99)
Aquisições	168 099,90	168 099,90
Amortizações do exercício	(148 563,89)	(148 563,89)
Saldo final líquido	286 855,85	286 855,85

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As amortizações do exercício, no montante de €206.158,26 (€148.563,89 em 2024), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

As aquisições ocorridas durante o exercício de 2025, referem-se a faturas relacionadas com o desenvolvimento de programas de tratamento de dados.

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

15.9 Ativos financeiros detidos para negociação

A rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação” encontra-se registada pelo justo valor, mensurada de acordo com a respetiva cotação de mercado ativo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

	Métodos de mensuração 31-12-2025		
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	619 440,80	-	619 440,80
Aquisições	403 115,30	-	403 115,30
Alienações	(200 173,69)	-	(200 173,69)
Outras variações	233 641,38	-	233 641,38
	1 056 023,79	-	1 056 023,79

Comparativamente ao ano 2024 as alienações em 2025 na carteira própria atingiram o valor de 404.539,04€.

	Métodos de mensuração 31-12-2024		
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	752 588,92	-	752 588,92
Aquisições	216 566,97	-	216 566,97
Alienações	(404 539,04)	-	(404 539,04)
Outras variações	54 823,95	-	54 823,95
	619 440,80	-	619 440,80

15.10 Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido nas rubricas “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

	Métodos de mensuração 31-12-2025	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	287,28	287,28
Outras variações	(45,98)	(45,98)
Outros ativos financeiros	7 927,74	7 927,74
	8 169,04	8 169,04

	Métodos de mensuração 31-12-2024	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	524,72	524,72
Outras variações	(237,44)	(237,44)
Outros ativos financeiros	7 927,74	7 927,74
	8 215,02	8 215,02

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações bem como contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho.

A decomposição dos saldos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

Ativo corrente	2025	2024
Outros Ativos Financeiros	241,30	287,28
Total	241,30	287,28

Ativo não corrente	2025	2024
Outros Ativos Financeiros (a)	7 927,74	7 927,74
Total	7 927,74	7 927,74

(a) O valor do Ativo não corrente é constituído pelo Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

15.11 Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais de exercícios anteriores estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

Não foram registados ativos por impostos diferidos pelo fato de não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, tem o seguinte detalhe:

	2025	2024
Resultado líquido antes de impostos	758 755,83	334 874,51
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Outras variações	-	-
Soma	758 755,83	334 874,51
Correções relativas aos exercícios anteriores	(10 713,57)	2 984,64
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporais	(178 760,12)	(106 386,07)
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-
Matéria Coletável	569 282,14	230 973,08
Coleta	113 856,43	48 609,35
Derrama	8 539,23	3 472,10
Tributações autónomas	2 280,72	2 379,76
Imposto corrente	124 676,38	54 461,21
Benefícios fiscais	(30 184,94)	(48 609,35)
Gasto com o imposto sobre o rendimento	94 491,44	5 851,86

15.12 Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	2025	2024
Fundos de Pensões	597 443,30	674 434,51
Soma	597 443,30	674 434,51

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a Golden SGF gere e que serão recebidos em 2026.

15.13 Outros créditos a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	2025 Ativo Corrente	2024 Ativo Corrente
Mediadores	8,75	108,43
Comissão de Gestão	2 812,97	2 669,30
Outros devedores	94 255,64	13 890,45
Outros créditos a receber	97 077,36	16 668,18

15.14 Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos”, apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	2 647,55	2 647,55
Seguros	2 097,16	19 664,38
Outros gastos diferidos (i)	168 153,96	100 281,87
Gastos a reconhecer	172 898,67	122 593,80

(i) trata-se maioritariamente de serviços especializados a reconhecer

15.15 Capital subscrito

O capital subscrito é constituído por 1.000.000 ações nominativas, com o valor de €1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social apresenta a seguinte distribuição:

	2025		
	Nº de ações	Nº de ações	Capital Subscrito
Golden Wealth Management - S.G.P.S., SA	90,72%	907 234	907 234,00
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	5,86%	58 598	58 598,00
Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	3,42%	34 168	34 168,00
Capital Social	100%	1 000 000	1 000 000,00

15.16 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. A reserva legal já se encontra legalmente constituída em anos anteriores.

A 31 de dezembro de 2025, a reserva legal ascende a 459.465,29€, estando o movimento dos anos de 2025 e 2024 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

15.17 Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2025 e 2024 encontram-se espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

15.18 Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência da deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas, não se verificaram quaisquer outras operações com reflexos na conta "Resultados transitados", durante o exercício findo em 31 de dezembro 2024 e 2025. Os movimentos efetuados nos exercícios se encontram espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio

15.19 Provisões e Passivos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem o seguinte detalhe:

	2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Garantias a clientes	50,41	-	50,41	-	0,00
Total	50,41	-	50,41	-	0,00

	2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Garantias a clientes	60 266,85	24,15	60 110,17	130,42	50,41
Total	60 266,85	24,15	60 110,17	130,42	50,41

Os movimentos registados nesta rubrica consubstanciam-se na utilização da provisão e redução da garantia do Fundo de Pensões Poupança Garantida. A mesma é renovada por período adicional de 5 anos.

15.20 Fornecedores

A empresa líquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as faturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande significado.

15.21 Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	2025		2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos/ rendimento - IRC	-	-	-	-
Impostos/ rendimento - IRS	-	7 050,75	-	6 735,25
IVA	-	-	-	-
Contribuição Segurança Social	-	18 186,66	-	15 825,50
Imposto do selo	-	31 675,01	-	11 506,46
Total	-	56 912,42	-	34 067,21

15.22 Outras dívidas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	2025 Corrente	2024 Corrente
Remunerações a liquidar	162 581,91	127 126,44
Comissões dos Mediadores a liquidar	193 882,49	147 223,97
Outras dívidas por acréscimo	279 727,43	180 535,16
Outras dívidas a pagar (i)	5 151 580,79	6 359 948,86
Outras dívidas a pagar	5 787 772,62	6 814 834,43

(i) o montante de €5.017.846,89 resulta do recebimento de subscrições nas contas bancárias da Golden SGF no final do exercício de 2025 e cujos montantes foram distribuídos para cada um dos fundos no início de 2026

A rubrica “Remunerações a liquidar” regista a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias e respetivos encargos assim como os prémios atribuídos, a liquidar aos colaboradores da Golden SGF no ano seguinte.

15.23 Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é detalhado conforme se segue:

	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
Comissões de Subscrição	7 434,25	0,2%	9 787,26	0,3%
Comissões de Gestão	4 126 636,77	99,7%	3 141 110,47	99,6%
Comissões de Reembolso	6 468,72	0,2%	4 265,25	0,1%
Serviço a clientes	-	0,0%	-	0,0%
Comissão de resseguro	-	0,0%	-	0,0%
Total das prestações de serviços	4 140 539,74	100,0%	3 155 162,98	100,0%
Juros obtidos		0,0%		0,0%
Dividendos		0,0%		0,0%
Total do rédito	4 140 539,74	100,0%	3 155 162,98	100,0%

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos”, conforme se especifica na nota 27.

15.24 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Trabalhos especializados	1 555 911,02	485 266,08
Publicidade e Propaganda	88 333,06	32 123,37
Honorários	-	-
Comissões	663 424,19	1 246 181,29
Conservação e reparação	701,60	470,77
Outros trabalhos especializados	13 922,78	11 370,36
Materiais	2 845,03	2 861,71
Energia e fluidos	4 248,29	3 687,25
Deslocações e estadas	3 344,10	17 029,05
Rendas e alugueres	54 672,13	50 353,73
Comunicação	11 835,12	10 234,75
Seguros	39 415,70	17 616,76
Outros serviços diversos	18 451,82	13 381,33
	2 457 104,84	1 890 576,45

15.25 Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	60 220,00	31 170,00
Remunerações do pessoal	592 937,72	604 834,93
Complementos facultativos de reforma	-	-
Indemnizações	-	3 920,00
Encargos sobre remunerações	150 714,10	144 802,33
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 064,33	3 455,07
Prémios	76 500,00	37 000,00
Outros gastos com o pessoal		
Outros gastos	14 488,31	12 749,44
	899 924,46	837 931,77

15.26 Aumentos/ reduções de justo valor

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme segue:

	2025	2024
Obrigações	33 201,94	21 174,50
Ações	166 770,59	8 545,77
Unidades de participação imobiliária	30 411,13	903,19
Unidades de participação mobiliária	2 291,67	15 916,59
Futuros	1 253,06	-
	233 928,39	46 540,05

15.27 Outros Rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Ganhos em outros instrumentos financeiros	5 369,31	9 520,77
Juros obtidos (Nota 23)	230,74	212,86
Dividendos obtidos (Nota 23)	854,95	1 357,51
Correções relativas a períodos anteriores	21 073,74	26 106,68
Excesso de estimativa de imposto		-
Aluguer de equipamento		-
Outros não especificados	102,14	-
Dif. de câmbios favoráveis	1,54	1,67
	27 632,42	37 199,49

15.28 Outros gastos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Impostos e taxas	35 251,42	25 603,29
Dif. de câmbios desf.	-	7,44
Perdas em outros instrumentos financeiros	2 022,79	
Bonificações de fidelidade	6 699,88	25 682,74
Quotizações	8 368,00	8 160,00
Correções relativas a períodos anteriores	10 360,27	3 494,61
Garantias atribuídas a clientes	-	-
Outros gastos	14 120,00	240,00
	76 822,36	63 188,08

15.29 Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente de mercado (taxa de juro, valor de mercado das ações e cambial), de crédito e liquidez:

- O risco de alteração do valor de mercado das ações decorre da exposição a esta classe de ativos. Este risco é mitigado através da diversificação dos investimentos e da exposição a diferentes segmentos;
- O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou taxa variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte
- O risco cambial decorre essencialmente da exposição a índices acionistas denominados em moeda estrangeira e também da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, apesar de estes terem expressividade muito reduzida;
- O risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;
- O risco de liquidez é gerido de forma prudente através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

15.30 Informações exigidas por diplomas legais

A Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com a Revisão Legal de Contas da Sociedade cifram-se no montante de €6.150,00 no ano de 2025, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

15.31 Compromissos e contingências

Na presente data, e em resultado do projeto de “Fusão” de 2022, permanece disponibilizado, em conta bancária, um montante de 10 289,00€, relativo a ações não trocadas, a favor da entidade “Growth Value-Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Não são conhecidos quaisquer outros compromissos ou contingências com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025.

15.32 Eventos Subsequentes

Na presente data, não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Em fevereiro de 2026 a Golden Wealth Management – S.G.P.S., S.A. adquiriu ao Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) a participação de 5,86% no capital social da Golden SGF.

Na sequência desta operação, a estrutura acionista passou a ser a seguinte: Golden Wealth Management – S.G.P.S., S.A.: 96,58%; Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC): 3,42%.

Também, em fevereiro de 2026 a Baobá – Investimentos, LDA adquiriu 21% do capital social Golden Wealth Management – S.G.P.S., S.A. detendo 51% do capital social.

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado



GOLDEN SGF

De poupança sabemos nós



Avenida da Liberdade, 190 – 6.º A
1250-147 Lisboa

goldensgf.pt



**Golden SGF - Sociedade Gestora
de Fundos de Pensões, S.A.**

Certificação Legal das Contas
31 de Dezembro 2025

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Golden SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 8.472.995,56 euros e um total de capital próprio de 2.522.459,97 euros, incluindo um resultado líquido de 664.264,39 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Golden SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa

opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

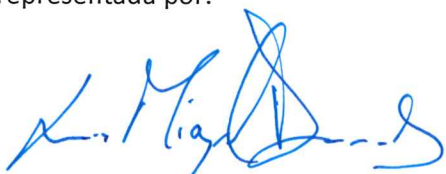
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2026

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.

representada por:



Luis Miguel Damas

(ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da Golden SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Golden SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (de ora em diante designada «GSGF»), apresentar o seu Relatório, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da GSGF, incluindo o Relatório sobre a Estrutura e Práticas do Governo Societário reportados ao exercício de 2025.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da GSGF.

Igualmente apreciamos a Certificação Legal das Contas apresentada pela Luís Miguel Damas & Associados - SROC, Lda, datada de 27 de março de 2026, com a qual concordamos.

No que concerne o Relatório e Contas de 2025 verificámos que:

- a) o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da GSGF, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adaptados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da GSGF evidenciando os aspetos mais significativos;
- d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

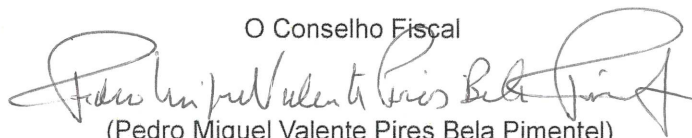
Realçamos a evolução positiva da GSGF no exercício de 2025, destacando o aumento do valor dos ativos sob gestão bem como o aumento do resultado líquido do exercício positivo.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

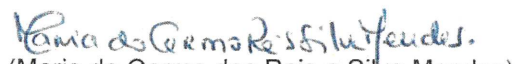
- 1) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- 2) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- 2) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 27 de março de 2026

O Conselho Fiscal



(Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel)
(Presidente)



(Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes)
(Vogal)



(Inês Pacheco Ramires Ferreira)
(Vogal)